

Relatório de Reunião Conjunta
Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Econômico – Sede

 **I – Apresentação**

No dia 16/10/2019, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, as Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, convidadas pela primeira, receberam Adriano Magalhães, secretário adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; Carlos Eduardo Tavares de Castro, diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais e presidente da Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais; e Cledorvino Belini, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais; que prestaram informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 2º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

 **II – Presenças**

- **Comissão das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos:** deputado Gil Pereira (presidente), deputado Roberto Andrade, deputado Glaycon Franco e deputado Guilherme da Cunha.
- **Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização:** deputada Rosângela Reis (presidente), deputado Marquinho Lemos, deputada Ione Pinheiro, deputado Thiago Cota, deputada Celise Laviola, deputado Douglas Melo e deputado Zé Reis.
- **Comissão de Desenvolvimento Econômico:** deputado Thiago Cota (presidente), deputado Glaycon Franco, deputado Virgílio Guimarães, deputado Carlos Pimenta e deputada Leninha.
- **Comissão de Minas e Energia:** deputado Guilherme da Cunha, deputado Leonídio Bouças, deputado Ulysses Gomes, deputado Coronel Sandro e deputado Virgílio Guimarães.

- **Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia:** deputada Beatriz Cerqueira (presidente), deputado Coronel Sandro, deputada Leninha, deputado Leonídio Bouças e deputado Professor Wendel Mesquita
- **Outras presenças:** deputado João Leite, deputado Arlen Santiago, deputado André Quintão, deputada Marília Campos, deputado Doutor Jean Freire, deputada Andréia de Jesus, deputado Professor Irineu, deputado Gustavo Valadares, deputado Luiz Humberto Carneiro, deputado Celinho Sintrocel, deputado Tadeu Martins Leite, deputado Noraldino Júnior e deputado João Magalhães.

III – Discussões

Inicialmente, o secretário adjunto fez exposição sobre a atuação recente da Sede, com foco na descrição dos resultados alcançados e do próximo planejamento.

1) Atração de investimentos

O foco da apresentação do secretário adjunto foi a experiência, em 2019, da atração de investimentos para o Estado. Ele apontou que a meta é atrair R\$45 bilhões, dos quais R\$23 bilhões já teriam sido obtidos, e outro montante estaria encaminhado, até aquele momento, totalizando R\$37 bilhões. Em parte, como resultado da atração de investimentos, o Estado vem tendo, em 2019, uma evolução favorável na geração de empregos.

2) Desenvolvimento Setorial e Diversificação Produtiva

O secretário adjunto da Sede apontou que a agropecuária apresentou, nos últimos anos, crescimento mais rápido que os demais setores, de maneira que teve aumentada sua participação no produto interno bruto do Estado. Ressaltou, porém, a necessidade de retomada do crescimento do setor industrial, que passa por dificuldades. Entre as áreas de destaque, apontou a de fármacos, o setor aeroespacial e o de energia solar. Parlamentares presentes manifestaram que o desenvolvimento de outros setores não deve, no entanto, significar o abandono de setores

tradicionais, inclusive o de minério de ferro. Defenderam que o desenvolvimento da cadeia do lítio deve adicionar valor ao território do Estado, sendo fator de desenvolvimento para a porção Norte.

RQN nº 3.336/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)

Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre eventuais medidas que estejam sendo adotadas pelo Estado para que as riquezas geradas na região do Vale do Jequitinhonha, provenientes, por exemplo, da cultura do eucalipto e da exploração do lítio e de rochas ornamentais, permaneçam na região.

RQN nº 3.344/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)

Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre eventuais medidas que estejam sendo adotadas pelo Estado para que as riquezas geradas na região do Vale do Jequitinhonha, provenientes, por exemplo, da cultura do eucalipto e da exploração do lítio e de rochas ornamentais, permaneçam na região.

RQN nº 3.338/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)

Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre as estratégias para manutenção, em Minas Gerais, de *startups* fundadas no Estado.

RQN nº 3.335/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)

Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que elabore e implemente plano de estímulo à agregação de valor aos produtos da cadeia produtiva de floresta plantada no Jequitinhonha.

3) Setor aéreo

O secretário adjunto da Sede informou que estão sendo realizadas negociações com a Azul para a atração de voos, com ganhos de conectividade regional, nacional e mesmo internacional. Outro desenvolvimento no setor é a volta do projeto Voe Minas, a ser operado pela empresa Asta. Ele afirmou que o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins) tem espaço para dobrar o número de passageiros atendidos; notificou, também, que estão sendo realizadas atividades de atração de empresas para esse aeroporto, dentro do projeto Aerotrópole. Os deputados apontaram a necessidade de se garantir, na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, um cenário estável para o desenvolvimento do setor aéreo, citando eventos recentes em que houve conflito entre o Aeroporto Internacional Tancredo Neves e o Aeroporto Carlos Drummond de Andrade (Pampulha). Indicaram a necessidade do desenvolvimento da aviação regional,

destacando a urgência de expansão e modernização dos aeroportos de Ipatinga e da Zona da Mata e questionaram o modelo de financiamento do projeto Voe Minas.

RQN nº 3.339/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)

Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o planejamento para o desenvolvimento do aeroporto regional da Zona da Mata, em Goianá, e a atração de unidades produtivas para seu entorno.

RQN nº 3.340/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)

Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o projeto Aerotrópole, sua concepção e os resultados dele esperados.

RQN nº 3.341/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)

Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o planejamento para modernização do aeroporto de Ipatinga e sobre possível parceria público-privada – PPP – para exploração desse terminal.

RQN nº 3.432/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)

Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o processo de seleção da empresa que operará o projeto Voe Minas.

RQN nº 3.343/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)

Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o novo modelo de financiamento do projeto Voe Minas.

4) Ciência e Tecnologia

O secretário adjunto da Sede forneceu informações sobre a concessão de bolsas de pesquisa e projetos e programas de inovação. Destacou a experiência positiva mineira na criação de empresas de tecnologia (*startups*), bem como os desafios para a manutenção dessas empresas em Minas Gerais. Os parlamentares manifestaram preocupação com o futuro da rede de Uaitecs.

RQN nº 3.337/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)

Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o processo de reformulação das Uaitecs, as dificuldades encontradas e as potencialidades identificadas para essas estruturas.

RQN nº 3.401/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o escopo da implementação do projeto SeedGov na Secretaria de Estado de Educação – SEE –, bem como se os parceiros da iniciativa privada terão acesso aos dados pessoais e sigilosos que estão sob a guarda da SEE.

RQN nº 3.402/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os critérios adotados para pagamento das despesas custeadas com recursos disciplinados pelo art. 17 da Lei nº 22.929, de 2018, tendo em vista que o relatório de gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – informa que a maioria dos auxílios pagos com recursos da referida fundação, no período de maio a agosto de 2019, foram destinados ao pagamento de programas especiais da própria secretaria, em detrimento dos auxílios de demanda universal.

RQN nº 3.403/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o instrumento jurídico que está sendo elaborado para submissão de projetos do Sistema Mineiro de Inovação – Simi – à Fapemig.

RQN nº 3.494/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o plano de destinação das patentes sob responsabilidade dessa secretaria, anunciado no seu relatório de gestão.

RQN nº 3.473/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas no escopo da implementação do projeto SeedGov na mencionada secretaria, bem como sobre se os parceiros da iniciativa privada terão acesso aos dados pessoais e sigilosos que estão sob a guarda dessa secretaria.

RQN nº 3.485/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a participação da Fundação na implementação do programa Fiemg Lab 4.0, que visa à aceleração de *startups* de soluções industriais (Indtech).

5) Planejamento e Ordenamento Territorial

O secretário adjunto da Sede ressaltou o apoio, por parte do governo do Estado, à elaboração de sete planos diretores de municípios mineiros. Lembrou da realização, em novembro de 2019, da Conferência Metropolitana. Deputados presentes defenderam a importância da regularização fundiária, destacando os projetos em tramitação nesta Casa.

Por sua vez, o diretor-presidente da Copasa fez uma exposição sobre a gestão da empresa e abordou tanto as atividades em execução quanto o planejamento das atividades futuras, salientando as informações sobre as temáticas enfatizadas previamente pelos parlamentares. Seguem, então, as temáticas debatidas.

6) Dúvidas e questionamentos relativos à privatização da Copasa

Vários deputados demonstraram preocupação em relação à possibilidade de privatização da Copasa. O secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico esclareceu que o assunto ainda está sendo estudado e que é necessário haver mais definição e clareza na regulamentação a nível federal.

7) Novo Marco Regulatório do Saneamento

Os parlamentares questionaram quais seriam os impactos para a Copasa, caso o Projeto de Lei nº 3.189/2019, que estabelece o novo marco legal do saneamento, que tramita no Congresso Nacional, fosse aprovado na forma como está. O texto proíbe aos municípios contratarem estatais de saneamento com dispensa de licitação, como é feito atualmente.

O diretor-presidente da Companhia esclareceu que, caso o referido PL seja aprovado tal como está, o impacto para a Copasa em curto prazo (2022 e 2023) seria pequeno, de cerca de 2% de suas receitas, na hipótese de, vencido o contrato de concessão com dado município, a Companhia não vença a licitação para a continuidade do serviço. Porém, a longo prazo, a partir de 2034, o impacto poderá ser relevante devido à elevada quantidade de contratos a vencer. Sendo assim, para

enfrentar esse novo cenário, a Copasa precisaria ganhar eficiência e competitividade, uma vez que o modelo que se desenha fomentará uma maior participação das empresas privadas no setor.

RQN nº 3.430/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requerem seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas no estudo elaborado pela companhia que prevê os impactos da eventual aprovação, na forma como se encontra hoje, do Projeto de Lei Federal nº 3.189, de 2019, que estabelece o novo marco legal do saneamento, na hipótese de a Copasa não vencer a licitação para renovação dos contratos com os municípios em que opera os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

REQUERIMENTO

8) Escassez hídrica no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha

Vários deputados demonstraram preocupação com a possibilidade de racionamento de água nas regiões Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha em função do baixo volume de chuvas registrado até agora, o que já provoca o desabastecimento de água em várias cidades dessas regiões.

O diretor-presidente da Copasa esclareceu que a empresa tem feito investimentos para aumentar a disponibilidade de água no semiárido, mas que a vazão é a menor em sete anos e, diante disso, no curto prazo, a Companhia tem tomando medidas paliativas, por meio de suprimento por caminhões-pipa.

Ele informou, ainda, que, no caso do Município de Montes Claros, a Copasa fez investimentos recentes na adução de água do Rio Pacuí para o abastecimento do município, no entanto, devido à baixa vazão desse curso d'água, o Instituto Mineiro de Gestão da Águas – Igam – precisou declarar restrição hídrica acima da captação da Companhia, a fim de assegurar disponibilidade hídrica para o abastecimento de Montes Claros. Como outra tentativa de resolver o problema da falta de água em Montes Claros e em municípios próximos, a Copasa está desenvolvendo um novo projeto, que vai possibilitar buscar água diretamente do Rio São Francisco a partir de uma adutora de aproximadamente 95km de extensão.

RQN nº 3.429/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requerem seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas na descrição das ações que estão sendo planejadas para minimizar os problemas de suprimento de água em Montes Claros e demais municípios no entorno, especificando o projeto de construção de adutora – adutora Ibiaí – para captar água diretamente do Rio São Francisco.

9) Investimentos necessários para a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios mais carentes atendidos pela Copasa e pela Copanor, nas regiões Norte e Jequitinhonha.

Os parlamentares questionaram a previsão dos investimentos necessários para universalizar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios mais carentes atendidos pela Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor –, nas regiões Norte e Jequitinhonha.

O diretor-presidente da Copasa esclareceu que os recursos para investimento da Copanor até 2016 foram oriundos de convênio com a Secretaria de Saúde. Entretanto, devido a restrições orçamentárias, esses recursos deixaram de ser repassados para a Copanor a partir de maio de 2016. O governo estadual autorizou aplicação dos recursos de seus dividendos da controladora para investimentos na Copanor, que passou também a contar com parte dos investimentos custeados pelo sistema tarifário. Sendo assim, a Copasa tem-se esforçado para melhor alocar os recursos em sua subsidiária, mas, em médio prazo, é necessário fazer uma revisão do plano de investimentos da empresa.

RQN nº 3.431/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requerem seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre a previsão de investimentos necessários para a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios atendidos por essa companhia nas regiões Norte e Jequitinhonha.

RQN nº 3.426/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requerem seja encaminhado ao presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais pedido de informações sobre a previsão de investimentos necessários para universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios atendidos por essa companhia nas regiões Norte e Jequitinhonha.

10) Cumprimento da Lei nº 12.503, de 1997, conhecida como Lei Piau

Os deputados questionaram se a Copasa estaria cumprindo a Lei nº 12503, de 1997, conhecida como Lei Piau, que impõe a todas as concessionárias, públicas ou privadas, de abastecimento público de água e de energia elétrica a obrigação de investir, na proteção e na preservação ambiental da bacia hidrográfica em que ocorrer a exploração do recurso hídrico, o equivalente a, no mínimo, 0,5% do valor total da receita operacional ali apurada no exercício anterior ao do investimento.

O diretor-presidente da Companhia mencionou que a empresa vem desenvolvendo o Programa Pró-Mananciais, que tem por objetivo proteger e recuperar as microbacias hidrográficas e as áreas de recarga dos aquíferos dos mananciais utilizados para a captação de água para abastecimento público das cidades operadas pela Copasa.

RQN nº 3.345/2019 (Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos)

Requerem seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre o cumprimento da Lei nº 12.503, de 1997, conhecida como Lei Piau, que impõe às concessionárias, públicas ou privadas, de abastecimento público de água e de energia elétrica a obrigação de investir na proteção e na preservação ambiental da bacia hidrográfica em que ocorrer a exploração do recurso hídrico, o equivalente a, no mínimo, 0,5% do valor total da receita operacional ali apurada no exercício anterior ao do investimento.

REQUERIMENTO

11) Possibilidade de faltar água na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Vários parlamentares demonstraram preocupação em relação à possibilidade de faltar água na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – devido ao rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho, o que suspendeu a operação de captação de água feita, desde 2015, pela Copasa, no Rio Paraopeba, para aumentar a disponibilidade de água no Sistema Paraopeba.

É importante esclarecer que a RMBH enfrentou grave cenário de escassez hídrica entre os anos de 2013 e 2015. Para otimizar a eficiência operacional e garantir a segurança hídrica no abastecimento de água, a Companhia construiu uma nova captação de água no Rio Paraopeba para alimentar os três reservatórios do Sistema Paraopeba (Várzea das Flores, Serra Azul e Rio

Manso), que são interligados. Concluída em dezembro de 2015, a um custo de R\$128,4 milhões, esse novo sistema de captação funcionou no período de três anos e permitiu a recomposição do volume de água desses três reservatórios. Porém, desde o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Mineradora Vale S.A., em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, as operações no local foram suspensas, pois a captação era feita a jusante da área impactada pelos rejeitos da mineração. Por isso, o abastecimento da RMBH está sendo feito pelas Represas de Rio Manso, Serra Azul e Várzea das Flores, além do Rio das Velhas, que, segundo a Copasa, possuem capacidade para atender a população por 20 meses, ou seja, até o início de 2021.

Diante desse cenário, a Vale S.A. ficou responsável por projetar e construir uma nova captação, que esteja localizada a montante do trecho impactado do Rio Paraopeba, a fim de evitar que os reservatórios do Sistema Paraopeba cheguem a níveis críticos de operação. Segundo a Copasa, o prazo de conclusão ideal para essa obra seria março de 2020, para se garantir o abastecimento de água no ano seguinte. O diretor-presidente da Companhia esclareceu que está negociando com a Vale S.A. a antecipação da entrega da obra e comunicou que não há motivos para alarme, pois, caso o volume de água se torne insuficiente, a concessionária será a primeira a informar isso ao público.

12) Parcerias com a iniciativa privada para captar recursos para os investimentos.

Os deputados ressaltaram que a capacidade da Copasa para fazer investimentos e captar recursos tem sido limitada, sendo desejável que, para isso, a empresa desenvolva parcerias com a iniciativa privada. O diretor-presidente da Companhia esclareceu que uma empresa subsidiária da Copasa foi criada para esse fim, mas que sua utilização para novos investimentos ainda se encontra em fase de avaliação e planejamento.

RQN nº 3.407/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requerem seja encaminhado à Copasa pedido de providências para que, por meio de sua empresa subsidiária já criada, mas ainda não implantada, desenvolva parcerias com a iniciativa privada de forma a captar recursos para os investimentos.

REQUERIMENTO

13) Obrigação da Copasa em cumprir os compromissos assumidos com os municípios em que ela é a concessionária dos serviços

Os parlamentares ressaltaram a necessidade de a Copasa cumprir os compromissos assumidos quando foi assinado o contrato de concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário com os municípios do Estado, em especial com relação ao Município de Sarzedo. O diretor-presidente da Companhia esclareceu que esse é o grande desafio da Copasa atualmente, uma vez que há uma dificuldade muito grande em fazer os investimentos previstos.

RQN nº 3.406/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requerem seja encaminhado à Copasa pedido de providências para que cumpram os compromissos assumidos e não cumpridos com a Prefeitura de Sarzedo.

RQN nº 3.412/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que parte do lucro apurado seja destinado aos investimentos necessários para cumprimento das metas de universalização, tendo em vista que todo o lucro apurado no exercício de 2017, no valor aproximado de R\$550 milhões, foi integralmente distribuído como dividendos aos acionistas.

REQUERIMENTOS

14) Priorização dos municípios do Semiárido Mineiro no programa Pró-Manancial

Os deputados ressaltaram que o programa Pró-Manancial, da Copasa, deveria ter implantação prioritária nos municípios do Semiárido Mineiro. Criado com o objetivo de preservar os mananciais utilizados para o abastecimento público, o Pró-Manancial busca o envolvimento das comunidades na proteção do meio ambiente. Nas regiões Noroeste e Central de Minas, o programa já foi implementado nas cidades de Corinto, Curvelo, Guimarães, João Pinheiro, Lagamar, Morro da Garça, Paracatu e Patos de Minas. Em sete desses municípios já estão sendo realizadas atividades como o cercamento de nascentes; o plantio de mudas nativas em mata ciliar; o melhoramento de estradas; e a construção de barraginhas e bacias de contenção da água de chuva.

RQN nº 3.361/2019 (Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos)

Requerem seja encaminhado à Copasa pedido de providências para que os municípios do semiárido mineiro sejam priorizados na implantação do programa Pró-Manancial.

15) Agilidade na conclusão das obras da barragem de Jequitaiá

Os parlamentares cobraram mais agilidade na conclusão das obras da barragem de Jequitaiá, no Norte de Minas. O Projeto Jequitaiá prevê a construção de dois barramentos, que terão a função de regularizar e controlar as vazões do Rio Jequitaiá, gerar 20MW de energia e possibilitar a irrigação de 30.000ha na região do Semiárido Mineiro, o que beneficiará 19 municípios. A Bacia do Rio Jequitaiá localiza-se na região Norte-Nordeste de Minas Gerais, sendo o Rio Jequitaiá afluente da margem direita do Rio São Francisco. O sistema de barragens de uso múltiplo do Jequitaiá abrange diretamente cinco municípios: Engenheiro Navarro, Claro dos Poções, Francisco Dumont, Lagoa dos Patos e Várzea da Palma. O total de área a ser inundada é de 9.100ha.

RQN nº 3.360/2019 (Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos)

Requerem seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – pedido de providências para a conclusão da barragem de Jequitaiá, no Norte de Minas.

16) Mitigação dos impactos causados no abastecimento de água dos municípios atingidos pela lama da barragem da Samarco e viabilização de ações para a recuperação do Rio Doce

Os deputados se mostraram preocupados com o abastecimento público do Município de Resplendor, que possui cerca de 17 mil habitantes e tem seu centro urbano dividido ao meio pelo Rio Doce. Passados quase quatro anos do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, a população de Resplendor não aceita usar o Rio Doce para abastecimento humano, por desconfiar da qualidade da água. Sendo assim, a água é captada no Rio Manhuaçu, afluente do Rio Doce, e conduzida, por meio de caminhões-pipa, que fazem cerca de 30 viagens por dia, para Resplendor,

onde é feito o seu tratamento. Além de prejudicar o trânsito, a estrutura das ruas e contribuir para o aumento da poeira, o tráfego intenso desses caminhões gera atrasos na entrega da água. Como consequência, há impactos na distribuição da água tratada para a comunidade, causando eventuais períodos de desabastecimento. O Igam faz o monitoramento da Bacia do Rio Doce em 14 diferentes pontos e alega que a água é própria para o consumo, desde que passe por tratamento, uma vez que já se encontra com níveis de poluição similares aos observados antes do rompimento. O diretor-presidente da Copasa informou que está aberto ao debate com a população de Resplendor e com a Fundação Renova, a fim de buscar alternativas para solucionar o problema.

RQN nº 3.409/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requerem seja encaminhado à Copasa pedido de providências para que, em articulação com a Prefeitura do Município de Resplendor e com a Fundação Renova, busque alternativas para solucionar o abastecimento de água do Município de Resplendor, uma vez que a população rejeita o Rio Doce como manancial e, por isso, o município vem sendo abastecido por meio de caminhões-pipa, que fazem cerca de 30 viagens por dia para levar a água captada no Rio Manhuaçu para tratamento no município.

RQN nº 3.410/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requerem seja encaminhado à Copasa pedido de providências para que, em articulação com as Prefeituras Municipais de Resplendor e Itueta, com a Fundação Renova e com a Cipe Rio Doce, busque soluções para a reparação dos impactos relativos à recuperação do Rio Doce e à necessidade de investimento nas estações de tratamento de água dos referidos municípios.

RQN nº 3.411/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requerem seja encaminhado à Copasa pedido de providências para que, em articulação com as Prefeituras Municipais de Resplendor e Itueta, com a Fundação Renova e com a Cipe Rio Doce, unifique forças com vistas à mitigação dos impactos causados no abastecimento de água dos municípios atingidos pela lama da barragem da Samarco, em especial para a viabilização de investimentos na melhoria das estações de tratamento de água dos referidos municípios.

REQUERIMENTOS

17) Complementação do sistema de esgotamento sanitário dos Municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo

Os parlamentares informaram que recentemente foi concluída a Estação de Tratamento de Esgotos Integrada de Timóteo e Coronel Fabriciano, que contou com investimentos de R\$87,5 milhões,

beneficiando em torno de 165 mil pessoas nesses municípios. Os deputados ressaltaram a necessidade de que a Copasa proceda à complementação do sistema de esgotamento sanitário desses dois municípios, uma vez que o atendimento da estação ainda está abaixo de sua capacidade. A Estação de Tratamento de Esgotos atende 43% da população de Coronel Fabriciano e 77% da população de Timóteo.

RQN nº 3.427/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requerem seja encaminhado à Copasa pedido de informações para que apresente o cronograma de investimentos necessários para a complementação do serviço de esgotamento sanitário dos Municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo, uma vez que a estação de tratamento de esgotos – ETE –, recentemente construída pela Companhia, atende a apenas 43% da população de Coronel Fabriciano e 77% da população de Timóteo.

REQUERIMENTO

18) Investimentos em educação ambiental

Os deputados ressaltaram a necessidade de que a Copasa empreenda ações de educação ambiental, com enfoque especial para o consumo consciente, com o objetivo de sensibilizar os indivíduos e as comunidades sobre a importância de se preservar a água.

RQN nº 3.356/2019 (Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos)

Requerem seja encaminhado à Copasa pedido de providências para investir em educação ambiental e em consumo consciente.

REQUERIMENTO

Além desses temas, que provocaram maior debate na reunião, também foram discutidas as seguintes questões:

- lançamento de esgoto sem tratamento no Rio Araçuaí e impactos decorrentes;
- escassez hídrica dos cursos d'água das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha e Araçuaí;
- necessidade de reservação de água da chuva e de uso de tecnologias sociais;
- necessidade de reestruturação administrativa da regional da Copasa, que recentemente foi transferida do Município de Araxá para o de Divinópolis;

- necessidade de preservação das nascentes da Bacia da Represa de Várzea das Flores;
- custo elevado das tarifas cobradas pela Copasa na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- justificativa para que a Copasa altere a especificação das tubulações utilizadas para tubos com junta-elástica;
- conflitos entre a mineração e a disponibilidade de água.

Por sua vez, o diretor-presidente da Cemig fez uma exposição sobre a Companhia, abordando tanto as atividades em execução quanto o planejamento das atividades futuras, e destacou informações sobre as temáticas enfatizadas previamente pelos parlamentares. Seguem, então, as temáticas debatidas.

19) Privatização da Cemig

Foi questionada por muitos deputados a privatização da Cemig, apresentada no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza. Parte dos parlamentares acredita que esse processo é uma ameaça à dimensão estratégica e à função social da empresa no campo das políticas públicas. Eles também entendem a privatização como uma forma de dilapidação de um patrimônio de grande importância simbólica para o povo mineiro, além de representar um risco ao atendimento de milhões de clientes de baixa renda e ao suporte de políticas públicas de inclusão social e produtiva, a exemplo do Programa Luz para Todos. Por outro lado, alguns deputados demonstraram ser favoráveis à privatização da empresa, por entenderem que nem ela, nem o Estado têm condições de aportar os recursos financeiros necessários para que ela execute os investimentos que Minas precisa nessa área.

No atual cenário de crise fiscal, caso venha a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal da União, conforme as regras estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 159, de 2017, como vem sinalizando o Poder Executivo do Estado, Minas Gerais estará obrigada a privatizar empresas públicas, entre elas a Cemig. Tal medida enfrenta severas dificuldades, posto que há comando constitucional que exige plebiscito para a viabilização desse objetivo.

Compromissos e posicionamentos do diretor-presidente da Cemig

O diretor-presidente da Cemig continuou pontuando, como fez no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, que cabe ao Estado a decisão da privatização, e que à Cemig cabe continuar buscando mais eficiência na prestação dos serviços e na alocação de investimentos e eficientização dos clientes, especialmente hospitais públicos e filantrópicos e escolas públicas.

20) Capacidade e planejamento de investimentos da Cemig até 2023

O detalhamento das demandas de investimentos que, segundo a diretoria da Cemig, são necessários à sua manutenção como empresa atualizada e eficiente, remete à quantia de R\$21 bilhões nos próximos seis anos, divididos como se segue:

- R\$7,0 bilhões de investimentos em atraso;
- R\$2,0 bilhões em digitalização de processos e tecnologia da informação;
- R\$6,0 bilhões para deixar a infraestrutura do Estado sem gargalos;
- R\$6,0 bilhões para a renovação das outorgas de 2023-2025.

Segundo o diretor-presidente da empresa, é necessário aprofundar a reflexão sobre as possíveis fontes de recursos, incluídas aí a privatização de ativos da empresa e as parcerias com investidores, não sendo admissível, portanto, aumentar o endividamento da Companhia. É possível, entretanto, conseguir o “rolamento” ou a renegociação da dívida. Estão autorizadas a serem vendidas pelo Conselho de Administração da Companhia, a Renova, que entrou em concordata; a Light, na qual a Cemig já reduziu sua participação acionária de 49% para 22,8%, mas que no momento está em *lock-up* (bloqueio para venda) por 90 dias; a participação na Usina de Santo Antônio, na qual a Cemig investiu R\$26 bilhões, mas que hoje valeria menos de R\$10 bilhões; a Gasmig; a participação na Usina de Belo Monte, para a qual não conseguiram ainda nenhum comprador; e as participações nas PCHs de Cachoeirão, Pipoca e Paracambi. Ainda segundo o diretor-presidente da Companhia, a projeção para arrecadação de recursos com essas vendas não é boa, dado as dificuldades relatadas. Há, ainda, o risco de se perderem as outorgas para 2024-2025 devido à carência de recursos para disputar o leilão com o capital estrangeiro. Como alternativa para evitar a perda das outorgas vincendas, a diretoria da Cemig apontou que seria necessário pagá-las por

mais 25 anos, mediante coparticipação de empresários mineiros ou via privatização.

A Cemig tem 10 mil obras em execução, das quais 200 estão atrasadas, sendo 6 mil obras de infraestrutura do sistema elétrico e 4 mil negociadas com clientes. No caso do Norte de Minas, entre outros locais, por falta de investimento no passado, as obras necessárias para fazer a conexão à rede envolvem grandes investimentos, que demandam um período mais longo de tempo, e o prazo nem sempre é o mais adequado ao demandante.

RQN nº 3.441/2019 (Comissão de Minas e Energia)

Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja desenvolvido plano estratégico de identificação de cenários e alternativas para a manutenção das concessões das usinas hidrelétricas que estão sob perspectiva de vencimento nos próximos anos.

REQUERIMENTO

21) Universalização de acesso à eletrificação rural já alcançado (Programa Luz para Todos) e obrigações posteriores da Cemig

De largo efeito social, esse programa foi mantido com recursos federais e estaduais, e, em Minas Gerais, está próxima de ser batida a meta de atendimento de toda a demanda mapeada. Há um estoque residual a ser implementado. Foi identificada, também, a necessidade de passar grande parte da rede rural monofásica para bifásica, o que está em estudo pela Cemig, mas sem solução imediata em virtude dos custos envolvidos na ação.

22) Modelo remuneratório da Cemig para presidente, diretores, conselheiros e suplentes

Parte dos deputados presentes questionaram, como fizeram no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, o aumento de 47% na remuneração da Direção Executiva da empresa em 2019 em relação a 2018, segundo documento entregue pela Cemig à Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Argumentaram que o aumento representa um montante muito maior do que o que foi economizado com o fechamento, por exemplo, da base operacional do Bairro São Gabriel, em Belo Horizonte. Essa base atendia cerca de 1 milhão de pessoas e tinha custo anual de R\$1 milhão. O

aumento da remuneração anual da Diretoria Executiva da empresa foi da ordem de R\$6,8 milhões. Outra parte dos parlamentares afirmou que não houve aumento salarial em 2019, defendeu que o documento entregue à CVM se referia a 2018, e que foi determinado que benefícios dos diretores, como plano de saúde, teriam que ser do mesmo nível dos benefícios dos demais funcionários da Companhia.

Compromissos e posicionamentos do diretor-presidente da Cemig

O diretor-presidente da Cemig destacou que foi feita uma redução de 43% no quadro gerencial da empresa. Ele não soube dizer por que no formulário entregue à Comissão de Valores Mobiliários consta um aumento na remuneração geral da Diretoria Executiva e de demais cargos. Ficou de verificar a informação e repassá-la à Assembleia Legislativa.

COMPROMISSOS

23) Poços Tubulares

Os deputados reforçaram problemas com a falta de ligação de energia em poços artesianos ou tubulares. A Cemig pretende resolver a questão com a instalação de placas solares para prover aproximadamente 720 poços tubulares do Norte de Minas com energia e evitar que eles sejam desconectados por falta de pagamento. O secretário adjunto da Sede informou que metade dos 484 poços artesianos no Norte de Minas já estavam ligados com energia da Cemig, outros 80 estavam em negociação final para serem ligados, e a documentação de mais 120 poços artesianos estava sendo preparada para envio à Companhia.

Compromissos e posicionamento do secretário adjunto da Sede e do diretor-presidente da Cemig

Conectar 200 poços artesianos situados no Norte de Minas à rede elétrica.

RQN nº 3.422/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações substanciadas em relatório com o cronograma da efetivação de ligações ou de restabelecimento do fornecimento de energia elétrica nos poços artesianos utilizados para abastecimento público das regiões Norte de Minas, Jequitinhonha e Nordeste de Minas que estejam com atendimento pendente nessa empresa.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTO

24) Expansão dos benefícios tributários da energia solar para demais renováveis + gás natural

Os parlamentares sugeriram a expansão dos benefícios tributários concedidos à energia solar fotovoltaica para a energia produzida por biomassa, por biogás e por energia eólica. A Sede informou que encaminhou para a Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – uma minuta de projeto de lei estendendo para a geração de energia por biomassa e por gás natural os mesmos benefícios tributários já disponíveis para a geração de energia elétrica solar e por PCHs. O objetivo é, no caso do gás natural, aproveitar a regulamentação do mercado livre de gás. Segundo o secretário adjunto, será possível levar novos empreendimentos para perto da rede de distribuição de gás, que será ampliada, e instalar, nesses locais, geradores que utilizem esse combustível, sem investimentos em linhas transmissão. Também está em análise de viabilidade na Sede a utilização de resíduos sólidos urbanos para a produção de energia, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Leste do Estado.

Compromissos e posicionamentos do diretor-presidente da Cemig

Enviar, tão logo seja possível, projeto de lei à Assembleia Legislativa para estender os benefícios tributários concedidos à geração de energia elétrica solar fotovoltaica à geração de energia elétrica por biomassa, por gás natural e por resíduo sólido.

RQN nº 3.414/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que desenvolva estudos para a extensão da rede de gasodutos da Gasmig até o Município de Governador Valadares.

COMPROMISSOS
REQUERIMENTOS

25) Eficiência energética

A Presidência da Cemig informou que está buscando ferramentas para melhorar sua eficiência energética. Entre elas, está em elaboração uma política para priorizar a efficientização – processos que levem a uma maior eficiência energética – de hospitais públicos e filantrópicos e escolas públicas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. A empresa investirá, ainda este ano, R\$21 milhões de um total previsto de R\$77 milhões. São exemplos desses processos a substituição

nessas unidades de lâmpadas comuns por outras mais econômicas, o treinamento de pessoal para que priorizem atitudes de conservação energética e a implantação de usinas fotovoltaicas.

26) Expansão de linhas de transmissão e de distribuição

Acerca dos questionamentos sobre o tema, o secretário adjunto da Sede apontou que houve um *boom* de crescimento de energia solar no Estado. A Sede esperava chegar ao final do ano com 200 megawatts de geração nessa modalidade de produção de energia, e a nova previsão é de 720 megawatts, o que pegou a Cemig Transmissão e Distribuição, a Aneel e a EPE de surpresa. Espera-se que, em 2022, a geração chegue a 2 gigawatts somente em energia solar em Minas Gerais. É necessário que a EPE, a Aneel e as distribuidoras de energia, como a Cemig, repensem o sistema elétrico para que ele dê conta da geração de energia que está sendo planejada para os próximos anos.

Nessa mesma linha, os deputados expuseram preocupação com a perda de investimentos em energia solar no Norte de Minas, onde está o maior potencial de produção dessa modalidade de energia, tanto pelas alterações em estudo na Resolução Aneel nº 482/2012 (exposta em outro tópico), que podem provocar uma desaceleração dos investimentos em geração, quanto pela falta de investimentos por parte da Cemig em transmissão/distribuição para conectar os empreendimentos de produção de energia que estão prontos ou em fase de instalação nessa região. O diretor-presidente da Companhia informou que essa é uma preocupação da empresa por alguns motivos: os recursos financeiros que a Cemig dispõe para investir na distribuição não são suficientes para atender à demanda de curto prazo; a empresa não é remunerada pela energia que passa por sua rede e foi produzida em “geração distribuída” e vendida diretamente a um empreendimento; e a Cemig, para não perder mercado, também precisa alavancar recursos para investir em “geração distribuída”, o que ela fará por meio da subsidiária recém-criada “Cemig S!M”.

Compromissos e posicionamentos do diretor-presidente da Cemig

O diretor-presidente da Cemig se comprometeu a enviar à Assembleia Legislativa a disponibilidade da Cemig até 2020 para interligar plantas de energia do Norte de Minas.

RQN nº 3.362/2019 (Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos)

Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que divulguem periodicamente a disponibilidade (localização e capacidade) da infraestrutura de distribuição de energia para ligação de novas unidades de geração distribuída, em especial na região Norte de Minas

RQN nº 3.355/2019 (Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos)

Requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja dada prioridade, na alocação de recursos de investimentos, à ampliação de infraestrutura de distribuição na região do Norte de Minas, de forma a ofertar condições para a expansão dos empreendimentos de geração distribuída, em especial de energia solar fotovoltaica.

27) Usina Térmica de Igarapé

O diretor-presidente da Cemig informou que foi autorizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS – a desativar a Usina Térmica de Igarapé, por ser extremamente deficitária e poluente, uma vez que por utiliza um óleo caro e pesado como combustível e opera apenas por cerca de 20 dias por ano. Esta era a última usina a ser ligada pelo ONS quando há necessidade de produção de energia.

28) Ocupação humana em áreas de servidão de linhas de transmissão

Um problema destacado durante a reunião, abordado também no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, foi a ocupação humana sob áreas cobertas com linhas de transmissão de energia, o que, além de ser um fator de risco à vida humana, prejudica os trabalhos de manutenção da Cemig. A

companhia estima existirem cerca de 120 mil pessoas nessa situação. O diretor-presidente da Companhia informou que, devido à densidade populacional dos centros urbanos, onde esse problema é mais recorrente, não há como desviar a rede de alta-tensão. O problema terá que ser resolvido de outra forma, com a remoção das famílias via programas do tipo “Minha Casa Minha Vida”.

RQN nº 3.408/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja desenvolvida solução para remoção e reassentamento das famílias alojadas/residentes em faixas de servidão de linhas de transmissão.

REQUERIMENTO

29) Relação da Cemig com seus clientes e com os parlamentares

O diretor-presidente da empresa reconheceu que a Cemig precisa melhorar muito sua relação com os clientes e com os parlamentares. Com esse objetivo, contratou um diretor adjunto de *compliance* para reorganizar a Ouvidoria e aprimorar procedimentos internos, a fim de melhor atender o público. A empresa está em 22º lugar no Brasil em atendimento ao cliente, segundo a Aneel, e precisa melhorar para não ser sobrepujada pela concorrência.

Compromissos e posicionamentos do diretor-presidente da Cemig

O diretor-presidente da Cemig se comprometeu a melhorar o *compliance* da companhia e a relação da empresa com os parlamentares.

COMPROMISSO

RQN nº 3.404/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que desenvolva ações que elevem o nível de *compliance* da empresa, especialmente em relação ao tratamento dispensado a seus consumidores.

REQUERIMENTO

30) Reativação do programa Campos de Luz

Os deputados solicitaram a reativação do programa de instalação e manutenção de iluminação de quadras de esportes, notadamente de futebol, em áreas de vulnerabilidade social, sem cobrança da energia.

Compromissos e posicionamentos do diretor-presidente da Cemig

O diretor-presidente da Cemig se comprometeu a verificar a possibilidade de reativar o programa.

RQN nº 3.413/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que reative o programa Campos de Luz ou similar.

COMPROMISSO
REQUERIMENTO

31) Aplicação de verbas em cultura e educação

O diretor-presidente da Cemig relatou que a empresa tem diversos projetos de cultura em franca atividade, com base nas legislações do Estado e da União.

RQN nº 3.428/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)

Requerem seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações consubstanciado em relatório que contenha descrição dos valores, beneficiários e projetos de cultura executados nos últimos quatro anos, incluído o exercício atual.

REQUERIMENTO

32) Revisão da Resolução Normativa Aneel nº 482/2012

A Resolução Normativa Aneel nº 482/2012 está em processo de revisão pela autarquia federal com o objetivo, segundo consta em seu *site*, de promover um reequilíbrio entre os custos da energia de

quem depende só da rede em contraposição àquele consumidor que produz sua própria energia. Questionado pelos parlamentares quanto à posição do governo do Estado diante da revisão da resolução referente às regras aplicáveis à micro e minigeração de energia distribuída e da redução do prazo da consulta pública para debate das alterações pretendidas para 45 dias, o secretário adjunto da Sede afirmou que já se reuniu com a Aneel, solicitou dela a ampliação do prazo da consulta pública e pediu que os benefícios previstos atualmente na resolução sejam estendidos àqueles empreendimentos que já assinaram os respectivos contratos. Há um relativo consenso de que os benefícios atuais devem ser estendidos até 2030.

RQN nº 3.357/2019 (Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos)

Requer seja encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – pedido de providências para que realize em Minas Gerais, preferencialmente em Montes Claros, audiência pública do processo de revisão da Resolução nº 482, de 17/4/2012, que estabelece as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica.

RQN nº 3.358/2019 (Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos)

Requer seja encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – pedido de providências para que, no processo de revisão da Resolução nº 482, de 17/4/2012, que regula o acesso de empreendimentos de geração distribuída à rede de distribuição elétrica, sejam garantidas, por prazo razoável, as condições comerciais vigentes para as unidades em funcionamento e para aquelas que já receberam parecer de acesso positivo.

REQUERIMENTO

Outros assuntos tratados:

- O diretor-presidente da Cemig informou que o lucro líquido efetivo da empresa no 1º semestre de 2019 foi de R\$928 milhões; ao lucro informado, de R\$2,912 bilhões, está acrescentado o valor de R\$1,984 bilhão de ICMS fruto de ação na justiça, transitada em julgado, que declarou inconstitucional a inclusão desse imposto na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins; não há efetivamente dinheiro entrando no caixa. Isso só ocorrerá quando da execução da sentença. Essa verba é eventual e não compõe o lucro relacionado

à atividade normal da empresa.

- Sobre o alto custo da tarifa de energia, o diretor-presidente da empresa informou que a Cemig não tem interferência sobre esse valor, que é estipulada pela Aneel. A Companhia atende com tarifa social cerca de 700 mil pessoas, não sendo possível estender o benefício a todos os consumidores. O diretor-presidente inferiu que o valor da tarifa só cairá no Brasil com a abertura do mercado de energia, como está acontecendo com a “geração distribuída”.
- O secretário adjunto da Sede informou, ao ser questionado sobre a possibilidade de Minas Gerais sediar empresas nucleares de geração de energia, que o Estado chegou a estabelecer tratativas com empresas chinesas interessadas, mas depende da aquiescência e de definições do governo federal.
- O diretor-presidente da Cemig informou, ao ser questionado, que a Companhia tinha 90 funcionários não concursados até o final de 2018. Esse número hoje corresponde a 11 funcionários.
- Ao ser solicitado a fazer uma comparação entre a Cemig e a Enel, empresa de energia privada que atende ao Estado de Goiás, o diretor-presidente da Cemig disse que desconhece as condições de prestação de tal empresa, não podendo fazer esse comparativo.